

Informe

informe@ofluminense.com.br

Cedae: privatização em quatro blocos

O modelo de concessão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) ao setor privado será dividido em quatro áreas ou blocos de municípios. Cada bloco poderá ter um concessionário privado diferente e terá uma parte da cidade do Rio de Janeiro, além de outros municípios fluminenses. A modelagem de venda será apresentada ao governo fluminense na próxima semana pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A concessão da Cedae foi uma das condições estabelecidas para que o governo do Rio de Janeiro ingressasse no Regime de Recuperação Fiscal proposto em 2017 pela União.

Concessões podem sair em 2020

Segundo informou na sexta-feira(6) o diretor de Infraestrutura do BNDES, Fabio Abrahão, é possível que as concessões ocorram no próximo ano. Segundo ele, o banco apresentará algumas soluções ao governo do estado para que este possa escolher as melhores.

Rogério Santana/Palácio Guanabara



Danielle Barros na solenidade de posse com o governador Witzel

Nova secretária de Cultura

O governador Wilson Witzel empossou, na sexta-feira (6), em solenidade na Sala Cecília Meirelles, Danielle Barros como nova secretária de estado de Cultura e Economia Criativa. Graduada em pedagogia pela UERJ, Danielle foi subsecretária de Cultura da Prefeitura do Rio. "Temos o compromisso com as prefeituras que é integrar o estado, através das secretarias de Cultura e Turismo, com os eventos que os municípios promovem", disse o governador, citando o sucesso da Festa do Tomate de Paty do Alferes.

Meta é democratizar

De acordo com Danielle, o objetivo da secretaria é democratizar a cultura.

"Nosso trabalho será rumo à democratização da cultura no Rio de Janeiro e à distribuição dos investimentos, que devem servir para o fortalecimento da política pública estadual, integrando todo o setor e toda forma de arte", afirmou a nova secretária.

Brunno Dantas/TJ-RJ



Presidente do TJ, Claudio Tavares, e o ex-presidente Milton Fernandes

TJ homenageia ex-presidente

Galeria dos Presidentes do Tribunal de Justiça do Estado, no Foyer do Fórum Central, ganhou mais um retrato: o do desembargador Milton Fernandes de Souza (biênio 2017-2018). A inauguração, na sexta-feira (6), fez parte da comemoração ao Dia da Justiça, celebrado em 8 de dezembro. O presidente do TJ, desembargador Claudio de Mello Tavares, e sua esposa, Glacyanne Sereno de Mello Tavares, com o ex-presidente e a esposa, Doris Merz Fernandes de Souza, participaram do evento.

Codecon vai a Magé

A Comissão de Defesa do Consumidor (Codecon) da Alerj vai atender a população neste sábado (7) em Magé. Uma tenda será instalada na Rua Agostinho de Matos, 515, Centro, com serviços como reclamações de relação de consumo, queixas sobre órgãos públicos, entre outros, das 9h às 13h.

Estações de esgoto instaladas

As duas estações de tratamento de esgoto do novo hospital municipal Dr. Ernesto Che Guevara, em Maricá, foram montadas nesta sexta (6). Cada uma terá capacidade de processar 250 metros cúbicos de rejeitos e, após tratamento, vão devolver água limpa ao meio ambiente.

Ipea: funcionalismo público custa R\$ 750,9 bi aos cofres

Gastos com 11,4 milhões de servidores no país representam 10,5% do PIB

Marcello Casal Jr./Agência Brasil



Apenas um em cada dez servidores públicos é da esfera federal. Municípios concentram o maior número de funcionários

O estudo Três Décadas de Evolução do Funcionalismo Público no Brasil (1986-2017), divulgado nesta sexta (6) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), revela que, em 2017, foram gastos R\$ 750,9 bilhões com os servidores públicos ativos, o que corresponde a 10,5% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos no país) brasileiro.

Segundo a pesquisa, em 32 anos, o funcionalismo público ampliou-se em 123% e o número total de vínculos subiu de 5,1 milhões para 11,4 milhões. De acordo com o Ipea, o mercado de trabalho formal no setor privado teve crescimento de 95% no total de vínculos, no mesmo período.

No entanto, apenas um em cada dez servidores públicos é da esfera federal. O aumento no funcionalismo público está concentrado nos municípios. No período analisado, o número de servidores municipais cresceu 276%, de 1,7 milhão para 6,5 milhões, enquanto o aumento foi de 50% na esfera estadual e de 28% na esfera federal, incluindo civis e militares. No caso dos municípios, diz o estudo, 40% das ocupações correspondem aos profissionais dos serviços de educação ou saúde como professores, médicos, enfermeiros e agentes de saúde.

"De 1986 a 2017, o total de vínculos no Poder Executivo - somando todos os níveis federativos - passou de 5 milhões para 11,1 milhões, um

aumento de 115%. No Poder Legislativo, o crescimento foi de 436%, de 51 mil para 275 mil vínculos de trabalho. No Poder Judiciário, houve a maior expansão relativa, de 512%. O total de vínculos passou de 59 mil para 363 mil", aponta o levantamento.

Remuneração - Em 2017, os dados mostram que permanece grande a discrepância na remuneração dos três níveis federativos. Apesar de representarem 60% dos vínculos do setor público, os servidores municipais ganham, em média, três vezes menos que os federais.

No Executivo federal, a remuneração média foi de R\$

Em 32 anos, o funcionalismo público ampliou-se em 123%, contra 95% do setor privado

4,8 mil em 1986 para R\$ 8,5 mil, em 2017. No Executivo estadual, a remuneração média passou de R\$ 3,6 mil para R\$ 4,6 mil. No Executivo municipal, a remuneração média passou de aproximadamente R\$ 2 mil para R\$ 2,8 mil.

Na comparação entre os Três Poderes, o Judiciário tem os maiores salários. Em

2017, a remuneração média do Judiciário foi de R\$ 12.081; no Legislativo, de R\$ R\$ 6.025, e no Executivo, de R\$ 3.895.

A remuneração do Judiciário federal passou de R\$ 7,4 mil em 1986 para R\$ 14,1 mil, em 2017. No Judiciário estadual, a remuneração mensal média passou de R\$ 5,8 mil para R\$ 10,8 mil.

O levantamento mostrou também que houve aumento na escolaridade dos servidores públicos em todos os níveis da administração. Em 2017, 47% dos servidores públicos tinham nível superior completo, bem acima dos 19% com esse nível de escolaridade em 1986.■

Alta do preço da carne puxa inflação, explica IBGE

A alta de 8,09% no preço das carnes foi o item que mais influenciou a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em novembro deste ano. Segundo dados divulgados nesta sexta (6) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA ficou em 0,51% em novembro, maior taxa para o mês desde 2015 (1,01%).

Os alimentos e bebidas tiveram uma alta de preços de 0,72%. Além das carnes, também contribuíram para a inflação os cereais, leguminosas e oleaginosas (1,65%), óleos e gorduras (1,33%), os produtos panificados (0,71%) e as carnes industrializadas (0,69%). Com isso, se alimentar em casa ficou 1,01% mais caro em novembro.

Alguns itens não alimentícios também tiveram impacto importante sobre a inflação neste mês, como as loterias (24,35%), a energia elétrica (2,15%), o plano de saúde (0,59%) e o etanol (2,46%).

Entre os grupos de despesas, os principais impactos vieram da alimentação (0,72%), despesas pessoais (1,24%) e habitação (0,71%). Também tiveram inflação os grupos transportes (0,30%), vestuário (0,35%), saúde e cuidados pessoais (0,21%) e educação (0,08%).

Por outro lado, tiveram deflação (queda de preços) os grupos de despesas artigos de residência (-0,36%) e comunicação (-0,02%).■

Motoboys: Justiça ordena que aplicativo reconheça vínculo

Sentença pode abrir precedentes para ações semelhantes, diz MP

Empresa alega que só cadastra profissionais que sejam microempreendedores individuais

A Justiça do Trabalho de São Paulo determinou que a empresa de entregas Loggi reconheça o vínculo trabalhista com os motoboys que prestam serviços à companhia e regularize normas de saúde, segurança e o controle de jornada dos empregados. A decisão abrange todo o país e beneficia cerca de 15 mil motoboys com cadastro ativo no aplicativo.

A decisão da 8ª Vara do Trabalho de São Paulo, assinada nesta sexta (6), resultou de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em São Paulo (MPT-SP) em agosto do ano passado. De acordo com o MPT, esta foi a primeira ação coletiva protocolada no Brasil contra empresa de aplicativo.

Na decisão, a juíza Lúvia Lacerda Mendez determinou que a empresa limite a jornada dos motoristas a oito horas, implemente descanso semanal de 24 horas consecutivas e faça registro em sistema eletrônico dos motoristas que tiveram alguma atividade nos últimos dois meses. O prazo para o registro é de até três meses contados a partir desta sexta, até 6 de março.

Além disso, a Loggi deverá pagar adicional de periculosidade, fornecer capacetes e coletes a 5 mil condutores e

disponibilizar local para ponto de encontro ou espera. Em caso de descumprimento, está prevista aplicação de multa de R\$ 10 mil por infração e trabalhador encontrado em situação irregular.

Para o procurador do MP-T-SP Rodrigo Castilho, que assinou a ação, a decisão é relevante porque abre precedente para ações semelhantes e reconhece a tese do ministério contra a precarização proporcionada por aplicativos. "A Loggi trouxe desregulamentação ao setor ao garantir vantagem econômica por meio da concorrência desleal. Isso afetou outras empresas do ramo e provocou a migração de motoboys formalmente registrados nessas empresas para o aplicativo. Essa sentença promove, então, a regulação do setor e afasta a ideia de que não há vínculo empregatício entre o aplicativo de entregas e os motoboys", afirmou o procurador.

Em nota, a Loggi disse lamentar a decisão da Justiça do Trabalho que considerou, em

primeira instância, a existência de vínculo de emprego entre entregadores e a empresa de tecnologia. A empresa reitera que a decisão pode ser revista pelos tribunais superiores.

"Para garantir a proteção social aos milhares de entregadores autônomos, a Loggi só cadastra profissionais que sejam microempreendedores individuais, sistema criado pelo governo federal para formalizar os profissionais e assegurá-los aposentadoria e assistência social", diz a nota.

A empresa informou que disponibiliza seguro contra acidentes, oferece cursos de pilotagem, realiza campanhas permanentes de segurança no trânsito e disponibiliza locais para descanso e convívio para todos os entregadores autônomos. "Essa transformação digital já está trazendo mudanças estruturais em todo o mercado de trabalho e na economia, a partir de jornadas mais flexíveis e do uso de tecnologias para encontrar oportunidades de renda", finaliza a nota.■

Compras de U\$ 1 mil sem impostos no Mercosul

O Mercosul aprovou nesta quinta (5) acordo para autorizar que seus países membros aumentem a cota para compras de turistas no exterior para até U\$ 1 mil por pessoa. O entendimento para produtos importados, tanto

de países do bloco quanto de outras nações, no entanto, não será aplicado de imediato, pois precisa ser ratificado pela Receita Federal, com a publicação de uma resolução com a mudança.

O Brasil já havia rea-

justado a cota de compras nos free shops para o mesmo valor. Para viagens ao exterior, porém, era preciso que o bloco do Mercosul, como união aduaneira, aprovasse o acordo proposto pelo Brasil.■